

COPOM

BC mantém juros em 15% ao ano pela quinta vez seguida

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Apesar do recuo da inflação e do dólar, o Banco Central (BC) não mexeu nos juros. Por unanimidade, o Comitê de Política Monetária (Copom) manteve a Taxa Selic, juros básicos da economia, em 15% ao ano. A decisão era esperada pelo mercado financeiro.

Essa é a quinta reunião seguida em que o Copom mantém os juros básicos. A taxa está no maior nível desde julho de 2006, quando estava em 15,25% ao ano.

No comunicado, o Copom confirmou que deverá começar a reduzir os juros na reunião de março, caso a inflação se mantenha sob controle e não haja surpresas no cenário econômico.

"O Comitê antevê, em se confirmando o cenário esperado, iniciar a flexibilização da política monetária em sua próxima reunião, porém reforça que manterá a restrição adequada para assegurar a convergência da inflação à meta", informou o BC.

A decisão unânime ocorreu com o Copom desfalcado. No fim de 2025, expirou o mandato dos diretores de Organização do Sistema Financeiro, Renato Go-

mes, e de Política Econômica, Paulo Pichetti. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva só encaminhará as indicações dos substitutos na volta do Congresso Nacional, em fevereiro.

Após chegar a 10,5% ao ano em maio do ano passado, a taxa começou a ser elevada em setembro de 2024. A Selic chegou a 15% ao ano na reunião de junho do ano passado, sendo mantida nesse nível desde então.

INFLAÇÃO

A Selic é o principal instrumento do Banco Central para manter sob controle a inflação oficial, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Em 2025, o IPCA ficou em 4,26% , o menor nível anual desde 2018. Com o resultado, o indicador voltou a ficar dentro do teto da meta contínua de inflação.

Pelo novo sistema de meta contínua, em vigor desde janeiro, a meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC, definida pelo Conselho Monetário Nacional, é de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior é 4,5%.

No modelo de meta contínua, a meta passa ser apurada mês a

mês, considerando a inflação acumulada em 12 meses. Em janeiro de 2026, a inflação desde fevereiro de 2025 é comparada com a meta e o intervalo de tolerância. Em fevereiro de 2026, o procedimento se repete, com apuração a partir de março de 2025. Dessa forma, a verificação se desloca ao longo do tempo, não ficando mais restrita ao índice fechado de dezembro de cada ano.

No último Relatório de Política Monetária, divulgado no fim de dezembro pelo Banco Central, a autoridade monetária diminuiu para 3,5% a previsão do IPCA para 2026, mas a estimativa será revista, por causa do comportamento do dólar e da inflação. A próxima edição do documento, que substituiu o antigo Relatório de Inflação, será divulgada no fim de março.

As previsões do mercado estão menos otimistas. De acordo com o boletim Focus, pesquisa semanal com instituições financeiras divulgada pelo BC, a inflação oficial deverá fechar o ano em 4%, levemente acima do teto da meta. Há um mês, as estimativas do mercado estavam em 4,05%.

CRÉDITO CARO

O aumento da taxa Selicaju-

da a conter a inflação. Isso porque juros mais altos encarecem o crédito e desestimulam a produção e o consumo. Por outro lado, taxas maiores dificultam o crescimento econômico. No último Relatório de Política Monetária, o Banco Central aumentou de 1,5% para 1,6% a projeção de crescimento para a economia em 2026.

O mercado projeta crescimento um pouco melhor. Segundo a última edição do boletim Focus, os analistas econômicos preveem expansão de 1,8% do PIB em 2026.

A taxa básica de juros é usada nas negociações de títulos públicos no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) e serve de referência para as demais taxas de juros da economia. Ao reajustá-la para cima, o Banco Central segura o excesso de demanda que pressiona os preços, porque juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança.

Ao reduzir os juros básicos, o Copom barateia o crédito e incentiva a produção e o consumo, mas enfraquece o controle da inflação. Para cortar a Selic, a autoridade monetária precisa estar segura de que os preços estão sob controle e não correm risco de subir.

Fraudes bilionárias: TCU fará auditoria em contratos federais de TI

LUIZ ARAÚJO E RENAN MONTEIRO/AE

O Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou ontem, a realização de auditoria abrangente sobre contratos de tecnologia da informação (TI) no âmbito da administração pública federal. A decisão foi tomada durante julgamento de um dos muitos processos que apontam prejuízos bilionários ao erário por falhas estruturais, indícios de superfaturamento e problemas de conformidade em licitações e execuções contratuais.

O encaminhamento prevê uma auditoria extensa, ainda em fase de consolidação da redação final, que deverá incluir órgãos da administração direta, autarquias e, especialmente, empresas estatais federais.

A medida foi proposta pelo ministro Benjamin Zymler, que afirmou que a recorrência dos casos indica um problema estrutural. "O que me chama a atenção é que, em todas as sessões, há sempre grandes questões e falhas na contratação de sistemas de TI no Brasil, e sempre envolvendo valores expressivos", disse.

Atualmente, o TCU já realiza fiscalizações específicas, em parte por sistemas automáticos, em contratos de TI. No ano passado, por exemplo, a atuação preventiva resultou em economia de R\$ 1,81 bilhão, após ajustes feitos por órgãos federais em 123 licitações que somavam R\$ 8,08 bilhões.

Segundo Zymler, o Tribunal se depara com dois cenários possíveis "Ou há um grande esquema sendo montado para fraudar contratações de TI, ou a administração pública enfrenta enormes dificuldades para adquirir esses sistemas", afirmou, citando especialmente estatais e órgãos que buscam processos de modernização e uso de inteligência artificial.

CONTRATAÇÃO

O ministro destacou falhas frequentes na fase de planejamento das contratações, com estudos técnicos preliminares incapazes de definir claramente a solução desejada pelo Estado. Ele também mencionou casos de inexistência de fundamentação adequada, além de deficiências sérias na fiscalização contratual.

Entre os problemas apontados estão pagamentos por serviços não prestados, aquisição de licenças que não são implantadas e ausência de métricas confiáveis para medir a entrega dos serviços. "Há enorme dificuldade na definição de unidades de serviço ou pontos de função, além da falta de testes de qualidade", afirmou Zymler.

O ministro também criticou a elaboração apressada de documentos de oficialização de demanda, muitas vezes sem avaliação real da necessidade do órgão e, em alguns casos, com interferência de autoridades hierarquicamente superiores. Outro ponto sensível, segundo ele, é a adesão a atas de registro de preços para soluções que exigem customização.

Zymler defendeu que o levantamento avalie tanto aspectos de conformidade quanto a adequação das metodologias utilizadas, incluindo a aplicação da nova Lei de Licitações e da Lei nº 13 303, que rege as estatais. "É impressionante o número de processos em que detectamos desajustes na contratação de TI", afirmou.

Ao apoiar a iniciativa, o ministro Aroldo Cedraz afirmou que o cenário observado no setor público brasileiro é "impensável" em comparação ao internacional. Segundo ele, há uma perpetuação de práticas ineficientes que o Tribunal já tenta enfrentar há anos.

Após manutenção da Selic, CNI espera por flexibilização na próxima reunião

FLÁVIA SAID/AE

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) recebeu "com enorme preocupação" a decisão do Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) do Banco Central de manter a taxa básica de juros em 15% ao ano e defendeu a flexibilização da política monetária na próxima reunião do colegiado, em março. "A cautela, defendida pelo Banco Central, ignora a queda da inflação e os danos que o atual patamar da Selic causa à sociedade", disse a entidade, em nota.

Apesar de manter o atual patamar da Selic, o Copom sinalizou um corte na taxa básica de juros na reunião de março. Esse forward guidance foi uma sinalização mais forte do que a esperada pela maior parte do mercado.

Para o presidente da CNI, Ricardo Alban(foto), o Banco Central deveria ter iniciado o ciclo de redução dos juros "há muito tempo". "Ao manter a Selic em nível insustentável, o Copom prejudica a economia, aprofundando a desaceleração do crescimento. É indispensável que a flexibilização da política monetária comece já na próxima reunião", defendeu.

A CNI avalia que o Banco Central desconsiderou "diversos sinais" que tornavam possível a redução da Selic de forma imediata. Exemplifico com o resultado do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 2025, que subiu 4,26%, abaixo do teto de inflação (4,5%), e do IPCA de 2024 (4,83%).

A confederação ainda sustentou que as expectativas de inflação caminham para o centro da meta, de 3%. De acordo com as últimas projeções do Boletim Focus, o IPCA deverá fechar 2026 com alta de 4%, ante 3,8% em 2027 e 3,5% em 2028. Além disso, as projeções do Banco Central apontam inflação de 3,1% no horizonte relevante da política monetária, quando se considera o cenário de redução da taxa de juros do Boletim Focus.



FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL

de 5,5 p.p. acima da taxa de juros neutra, que não estimula crescimento nem desestimula a atividade econômica, estimada pelo próprio Banco Central em 5% a.a.

De acordo com as projeções da CNI, a taxa de juros que concilia a busca pelo pleno emprego com a busca pela estabilidade de preços deveria estar próxima de 10,3% a.a., quando se leva em conta a inflação dos últimos 12 meses.

A Selic elevada trouxe inúmeros prejuízos ao setor produtivo, continuou a entidade. Segundo a Sondagem de Crédito, 80% das empresas que tiveram dificuldades para contratar ou renovar crédito de curto ou médio prazo culpam os juros altos como principal entrave. Além disso, cerca de 33% das empresas industriais que renovaram crédito nos seis meses anteriores à pesquisa afirmaram que as condições de financiamento, como taxa de juros, número de parcelas, período de carência e exigência de garantias, estavam piores ou muito piores.

Ao encarecer o custo de capital e dificultar o acesso ao crédito,

os juros altos também agravam o "Custo Brasil", continuou a CNI, ao tratar do conjunto de dificuldades estruturais, financeiras, burocráticas, trabalhistas e tributárias que oneram a produção e o consumo no País. "Esse fardo sistêmico compromete a competitividade da indústria brasileira, dificulta investimentos e a inserção dos nossos produtos no mercado global."

Outro reflexo da Selic elevada é a falta de confiança do empresário: o Índice de Confiança do Empresário Industrial (IcEI), da CNI, registrou, em janeiro de 2026, o pior resultado para o mês em 10 anos: 48,5 pontos, em uma escala de 0 a 100, em que valores abaixo de 50 pontos mostram falta de confiança dos empresários. "A baixa confiança faz com que os dirigentes industriais deixem de produzir, contratar e investir, afetando a inflação futura com o menor crescimento da oferta na economia", finalizou a confederação.

FIEMG

A Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg) criticou a decisão do Comitê de Política Monetária

(Copom) do Banco Central de manter a taxa de juros Selic em 15% ao ano. Para a entidade, a decisão preocupa porque "tende a prolongar os efeitos adversos já percebidos na economia, ao restringir investimentos produtivos, encarecer o crédito, elevar os custos de produção e comprometer a competitividade da indústria brasileira e mineira."

"É necessário uma política monetária mais equilibrada, que consiga conciliar o controle da inflação com o estímulo ao desenvolvimento econômico e ao fortalecimento da competitividade da indústria nacional", afirma o presidente da Fiemg, Flávio Roscoe.

A entidade reconhece a importância do controle da inflação com condição fundamental para a estabilidade econômica, mas vê com preocupação os impactos negativos da manutenção da Selic em nível tão elevado por um longo período de tempo. "A continuidade de uma política monetária restritiva tende a aprofundar o enfraquecimento da atividade econômica, com efeitos negativos sobre a geração de empregos e a renda das famílias."

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA

MINISTÉRIO DA SAÚDE

GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.124/2025

O Pregoeiro Fabio Caldas Vianna convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº 90.124/2025 no dia 11/02/2026 às 14h00min. - Objeto: **Aquisição de medicamentos** (CARVEDILOL 12,5 MG COMPRIMIDO, CETOPROFENO 100 MG INJETÁVEL IV, FRASCO-AMPOLA, CETOROLACO DE TROMETAMINA 30 MG/ML INJETÁVEL, AMPOLA 1 M e etc) Processo nº. 33409.009754/2025-58. O Pregão será realizado no site <https://www.gov.br/compras/pt-br>, onde o Edital está à disposição dos interessados.

GÁS NATURAL AÇU S.A.
CNPJ/MF 11.472.927/0001-40 - NIRE 33.3.0032528-0
("Holdco" ou "Companhia")

Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2025.
1. Data, Hora e Local: Em 30 de abril de 2025, às 15h00min, na sede da **Gás Natural Açú S.A.**, localizada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Voluntários da Pátria, nº 113, 11º andar, CEP: 22.270-000 ("Companhia"). **2. Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação em razão da presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."). **3. Mesa:** **Presidente:** Mauro Lourenço de Andrade; e **Secretária:** Nathaly Gonçalves Sales Abreu. **4. Publicações:** Em conformidade com o artigo 133, caput e §4º, e artigo 280 da Lei das S.A., foram publicados, no jornal "Diário do Acionista", nas páginas 5 a 7 da edição impressa e no "Caderno Publicações Digitais" da edição digital, os seguintes documentos: (I) as demonstrações financeiras acompanhadas das respectivas notas explicativas; e o (II) relatório dos auditores independentes, todos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. **5. Ordem do Dia:** Examinar, discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: **(a)** as contas dos administradores; **(b)** as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024; **(c)** a destinação do resultado da Companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024; e **(d)** a autorização para os Diretores da Companhia para praticarem todos e quaisquer atos necessários para o cumprimento, formalização e implementação das deliberações aqui aprovadas. **6. Deliberações:** Após análise e discussão dos assuntos da Ordem do Dia, as seguintes matérias foram aprovadas pelos acionistas por unanimidade e sem reservas: **(a)** as contas dos administradores, as demonstrações financeiras da Companhia e o parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, nos termos do material arquivado na sede da Companhia; **(b.1.)** a proposta da administração para a destinação do prejuízo da Companhia, no montante total de R\$287.032.127,72 (duzentos e oitenta e sete milhões, trinta e dois mil, cento e vinte e sete reais e setenta e dois centavos) para a conta de prejuízo acumulado, totalizando esta o valor de R\$837.767.993,16 (oitocentos e trinta e sete milhões, setecentos e sessenta e sete mil, novecentos e noventa e três reais e dezesseis centavos), nos termos do material arquivado na sede da Companhia; **(b.2.)** considerando que a Companhia apurou prejuízo no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, não haverá distribuição de dividendos aos seus acionistas; e **(c)** a autorização aos Diretores da Companhia para praticarem todos e quaisquer atos necessários para o cumprimento, formalização e implementação das deliberações aqui aprovadas. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a assembleia foi suspensa pelo tempo necessário a lavratura desta ata em forma de sumário, que após ter sido lida e aprovada pelos acionistas, foi assinada por todos os presentes. **Mesa:** **Presidente:** Mauro Lourenço de Andrade; e **Secretária:** Nathaly Gonçalves Sales Abreu. **Acionistas:** Prumo Logística S.A. e BP Global Investments Limited. Rio de Janeiro, 30 de abril de 2025. *Certifico que o presente documento é cópia fiel da Ata de Assembleia Geral Ordinária, realizada em 30 de abril de 2025, lavrada no respectivo livro e devidamente assinada pelos Acionistas da Companhia.* Nathaly Gonçalves Sales Abreu - Secretária. JUCERJ/A nº 00007265233 em 21/10/2025.



CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª SÉRIE DA 46ª EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 46ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Faria Lima, 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, São Paulo/SP, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda nº 13.920 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Guarulhos, estado de São Paulo ("Imóvel"), nos termos da Cláusula 2.2.2 do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Quotas em Garantia e Outras Avenças Sob Condição Resolutiva ("Alienação Fiduciária de Quotas"); (ii) Aprovar a concessão de *waiver*, a fim de não configurar um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático das Notas Comerciais, conforme previsto na Cláusula 3.11.2, subitem (ii) do Termo de Securitização, em decorrência do cumprimento intempestivo da obrigação não pecuniária relativa ao envio do comprovante da quitação do preço de aquisição do imóvel localizado no município de Guarulhos, estado de São Paulo, na Avenida Anacleto Gaiolli, nº 1.717, bairro Água Chata, CEP 07251-250, objeto da matrícula nº 13.920 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Guarulhos, estado de São Paulo ("Imóvel"), nos termos da Cláusula 2.2.2 do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Quotas em Garantia e Outras Avenças Sob Condição Resolutiva ("Alienação Fiduciária de Quotas"); (iii) Aprovar a concessão de *waiver*, a fim de não configurar um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático das Notas Comerciais, conforme previsto na Cláusula 3.11.2, subitem (ii) do Termo de Securitização, em decorrência do cumprimento intempestivo da obrigação não pecuniária relativa ao envio do relatório da locação do Imóvel, nos termos da Cláusula 8.1, subitem (h), do Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia e Outras Avenças, conforme aditado ("Cessão Fiduciária"); (iv) Aprovar a concessão de *waiver*, a fim de não configurar um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático das Notas Comerciais, conforme previsto na Cláusula 3.11.2, subitem (ii) do Termo de Securitização, em decorrência do cumprimento intempestivo da obrigação não pecuniária do envio do endosso à Securitizadora, referente à Apólice de Seguro, nos termos das Cláusulas 2.6, 2.6.2 e 2.6.5 do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Imóvel em Garantia e Outras Avenças com Condição Suspensiva ("Alienação Fiduciária de Imóveis"); e (iv) A autorização para que o Agente Fiduciário e a Emissora pratiquem todo e qualquer ato, celebrem todos e quaisquer contratos, aditementos ou documentos necessários para a efetivação e implementação das matérias ovadas acima. Instruções Gerais: A Assembleia Especial será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia Especial para o e-mail a.assembleias@oliveiratrust.com.br cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para Assembleia Especial- CRI WT GRU 46", observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso quaisquer dos Titulares dos CRI indicados nos Itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração, com os poderes específicos de representação na Assembleia Especial. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares dos CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Assembleia Especial de Investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 29 de janeiro de 2026.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
Amanda Regina Martins - Diretora de Securitização

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª E 2ª SÉRIES DA 85ª (OCTOGÉSIMA QUINTA) EMISSÃO, DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários, da 1ª e 2ª Séries, da 85ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Faria Lima, 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, São Paulo/SP, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda nº 13.920 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Guarulhos, estado de São Paulo ("Imóvel"), nos termos da Cláusula 2.2.2 do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Quotas em Garantia e Outras Avenças Sob Condição Resolutiva ("Alienação Fiduciária de Quotas"); (ii) Aprovar a concessão de *waiver*, a fim de não configurar um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático das Notas Comerciais, conforme previsto na Cláusula 3.11.2, subitem (ii) do Termo de Securitização, em decorrência do cumprimento intempestivo da obrigação não pecuniária relativa ao envio do relatório da locação do Imóvel, nos termos da Cláusula 8.1, subitem (h), do Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia e Outras Avenças, conforme aditado ("Cessão Fiduciária"); (iv) Aprovar a concessão de *waiver*, a fim de não configurar um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático das Notas Comerciais, conforme previsto na Cláusula 3.11.2, subitem (ii) do Termo de Securitização, em decorrência do cumprimento intempestivo da obrigação não pecuniária do envio do endosso à Securitizadora, referente à Apólice de Seguro, nos termos das Cláusulas 2.6, 2.6.2 e 2.6.5 do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Imóvel em Garantia e Outras Avenças com Condição Suspensiva ("Alienação Fiduciária de Imóveis"); e (iv) A autorização para que o Agente Fiduciário e a Emissora pratiquem todo e qualquer ato, celebrem todos e quaisquer contratos, aditementos ou documentos necessários para a efetivação e implementação das matérias ovadas acima. Instruções Gerais: A Assembleia Especial será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia Especial para o e-mail a.assembleias@oliveiratrust.com.br cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para Assembleia Especial- CRI WT GRU 46", observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso quaisquer dos Titulares dos CRI indicados nos Itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração, com os poderes específicos de representação na Assembleia Especial. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares dos CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Assembleia Especial de Investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 29 de janeiro de 2026.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
Amanda Regina Martins - Diretora de Securitização

$$C = \prod_{k=1}^n \left(\frac{N_{ik}}{N_{i,k-1}} \right)^{\frac{DCT}{360}}$$

onde: k = número de ordem N_{ik}, variando de 1 até n; n = Número total de índices considerados na atualização monetária, sendo "n" um número inteiro; N_{ik} = Valor do número-índice do IPCA/IBGE divulgado no mês anterior ao mês da Data de Pagamento em questão. Exemplificativamente, para a primeira Data de Pagamento, no dia 28 de fevereiro de 2025, será utilizado o número índice referente à inflação acumulada dos últimos 12 meses com término no mês de dezembro de 2024, divulgado em fevereiro de 2025; N_{ik-1} = valor do número-índice do IPCA/IBGE divulgado no mês anterior ao mês "k"; DCP = Número de dias corridos existente entre (a) a primeira Data de Integralização ou a última Data de Pagamento (exclusive), o que ocorrer por último, e (b) a data de cálculo (inclusive), sendo "DCP" um número inteiro. DCT = Número de dias corridos entre a última Data de Pagamento (exclusive) e a Data de Pagamento subsequente (inclusive). Exclusivamente, para a primeira Data de Pagamento dos CRI, no dia 28 de fevereiro de 2025, será considerado "DCT" = 365 dias. Sendo que (i) o número-índice de referência para divulgação será o número de casas decimais daquele divulgado pelo IBGE; (ii) a aplicação do IPCA/IBGE incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor sem necessidade de ajuste aos Termos de Emissão ou qualquer outra formalidade; (iii) para fins de cálculo, considera-se como Data de Pagamento todos os dias listados na coluna "Datas de Pagamento" constantes da tabela do Anexo II ao presente Termo de Securitização ("Data de Pagamento"); (iv) os fatores resultantes da expressão

$$C = \prod_{k=1}^n \left(\frac{N_{ik}}{N_{i,k-1}} \right)^{\frac{DCT}{360}}$$

são considerados com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento; (v) a atualização monetária será aplicável desde que a variação seja positiva, devendo a variação negativa ser desconsiderada. Não serão devidas quaisquer compensações entre a Cedente e a Securitizadora, ou entre a Securitizadora e os Titulares dos CRI, em razão do critério adotado; e (vi) o produtor é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento." (ii) Aprovar a alteração da Cláusula 5.4 do Termo de Securitização, de modo a ajustar o NIK de referência para divulgação ao mesmo número de casas decimais daquele divulgado pelo IBGE; (iii) a aplicação do IPCA/IBGE incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor sem necessidade de ajuste aos Termos de Emissão ou qualquer outra formalidade; (iii) para fins de cálculo, considera-se como Data de Pagamento todos os dias listados na coluna "Datas de Pagamento" constantes da tabela do Anexo II ao presente Termo de Securitização ("Data de Pagamento"); (iv) os fatores resultantes da expressão

$$C = \prod_{k=1}^n \left(\frac{N_{ik}}{N_{i,k-1}} \right)^{\frac{DCT}{360}}$$

onde: k = número de ordem N_{ik}, variando de 1 até n; n = Número total de índices considerados na atualização monetária, sendo "n" um número inteiro; N_{ik} = Valor do número-índice do IPCA/IBGE divulgado no mês anterior ao mês da Data de Pagamento em questão. Exemplificativamente, para a primeira Data de Pagamento, no dia 28 de fevereiro de 2025, será utilizado o número índice referente à inflação acumulada dos últimos 12 meses com término no mês de dezembro de 2024, divulgado em fevereiro de 2025; N_{ik-1} = valor do número-índice do IPCA/IBGE divulgado no mês anterior ao mês "k"; DCP = Número de dias corridos existente entre (a) a primeira Data de Integralização ou a última Data de Pagamento (exclusive), o que ocorrer por último, e (b) a data de cálculo (inclusive), sendo "DCP" um número inteiro. DCT = Número de dias corridos entre a última Data de Pagamento (exclusive) e a Data de Pagamento subsequente (inclusive). Exclusivamente, para a primeira Data de Pagamento dos CRI, no dia 28 de fevereiro de 2025, será considerado "DCT" = 365 dias. Sendo que (i) o número-índice de referência para divulgação será o número de casas decimais daquele divulgado pelo IBGE; (ii) a aplicação do IPCA/IBGE incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor sem necessidade de ajuste aos Termos de Emissão ou qualquer outra formalidade; (iii) os fatores resultantes da expressão

$$C = \prod_{k=1}^n \left(\frac{N_{ik}}{N_{i,k-1}} \right)^{\frac{DCT}{360}}$$

são considerados com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento; (iv) a atualização monetária será aplicável desde que a variação seja positiva, devendo a variação negativa ser desconsiderada. Não serão devidas quaisquer compensações entre a Cedente e a Securitizadora, ou entre a Securitizadora e os Titulares dos CRI, em razão do critério adotado; e (vi) o produtor é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento." (ii) A autorização para que o Agente Fiduciário e a Emissora pratiquem todo e qualquer ato, celebren todos e quaisquer contratos, aditementos ou documentos necessários para a efetivação e implementação das matérias aprovadas acima. Instruções Gerais: A Assembleia Especial será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia Especial para o e-mail a.assembleias@oliveiratrust.com.br cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para Assembleia Especial- CRI BRASOL 85", observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso quaisquer dos Titulares dos CRI indicados nos Itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração, com os poderes específicos de representação na Assembleia Especial. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares dos CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Assembleia Especial de Investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 27 de janeiro de 2026

Amanda Regina Martins Ribeiro - Diretora de Securitização

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

Tels.: (21) 99122-4278 / (11) 2655-1899

ZONA SUL

Polícia investiga furto na casa de tio de Suzane von Richthofen

ÍTALO LO RE/AE

A Polícia Civil de São Paulo investiga um furto à casa do médico Miguel Abdalla Neto, tio de Suzane von Richthofen, que foi encontrado morto no começo do mês na mesma residência, na região de Campo Belo, zona sul de São Paulo.

Um boletim de ocorrência foi registrado por um sobrinho de Abdalla Neto no último dia 20, uma terça-feira;

Uma bolsa, um sofá e até uma máquina de lavar estão entre os

objetos levados, segundo o B.O., obtido pelo Estadão;

O sobrinho do médico relatou, em depoimento à polícia, ter encontrado a porta da cozinha da casa do tio, que era blindada, arrombada. Segundo ele, o imóvel havia ficado sem ninguém desde a morte de Abdalla Neto.

A suspeita de furto teria se dado porque, no começo da última semana, vizinhos relataram movimentações estranhas na casa, que fica na Rua Baronesa de Bela Vista, bem próxima ao Aeroporto de Congonhas.

TRÂNSITO

Homem é resgatado após cair de altura de 30 metros em acidente

CAIO POSSATI E LEONARDO SIQUEIRA/AE

Um homem foi resgatado na tarde da terça-feira, passada, depois de sofrer um acidente de trânsito na Rodovia Anhanguera, no interior de São Paulo, e cair com o veículo de uma altura de aproximadamente 30 metros. O acidente

aconteceu por volta do quilômetro 408, próximo da cidade de Ituverava.

De acordo com a Defesa Civil, que atendeu a ocorrência ao lado do Corpo de Bombeiros, o motorista seguia o trajeto de Ribeirão Preto para Ituverava, quando um dos pneus do carro estourou. O motorista perdeu o controle do veículo e

saiu da pista, caindo de 30 metros de altura em uma linha férrea.

Os bombeiros e agentes da Defesa Civil de Ituverava conseguiram realizar a retirada da vítima. O homem é um senhor morador de Ribeirão Preto, que estava consciente e orientado no momento do resgate. Ele foi encaminhado pela concessio-

nária da rodovia à Santa Casa de Ituverava para avaliação médica.

A Entrevias, responsável pelo trecho, informou em nota que equipes da concessionária estiveram no local e prestaram atendimento junto ao Políciamento Rodoviário e ao Corpo de Bombeiros. Não houve interdição na rodovia.

GRANDE SP

Polícia recupera medicamentos roubados avaliados em R\$ 800 mil

A Polícia Militar recuperou uma carga com canetas emagrecedoras e outros medicamentos roubados, avaliada em cerca de R\$ 800 mil, durante a madrugada de ontem, na cidade de Arujá, na Grande São Paulo.

Os suspeitos estavam em uma van e fugiram de uma abordagem policial. Na rodovia Presidente Dutra, os homens pararam em um congestionamento e abandonaram o veículo, fugindo por uma área de mata.

De acordo com o boletim de ocorrência, o veículo havia sido furtado na zona leste de São Paulo. No bagageiro os policiais encontraram 151 caixas com diversos produtos farmacêuticos, entre eles canetas emagrecedoras. Também havia malas contendo bloqueadores de sinal, usados para impedir o rastrea-



GOVERNO DO ESTADO DE SP

mento do veículo.

O veículo e a carga foram apreendidos. O caso foi regis-

trado na Delegacia de Polícia de Arujá como roubo de carga e localização e apreensão de veicu-

lo e carga. As investigações seguem para identificar os envolvidos.

VIDA DE CÃO

Sancionada lei que reconhece 'Vira-Lata Caramelo' como expressão cultural

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), sancionou a Lei nº 18.389/2026, de autoria do deputado estadual Rafael Saraiwa (União/SP), que reconhece a expressão cultural "Vira-Lata Caramelo" como de relevante interesse cultural do Estado de São Paulo. A sanção foi publicada no *Diário Oficial do Estado*.

Com a nova legislação, o vira-lata caramelo passa a integrar o cenário de programação estadual, deixando de ser apenas um símbolo afetivo do imaginário popular para ocupar também um espaço institucional.

Autor do Projeto de Lei, Sa-

raiva destaca que a sanção representa um avanço concreto. "Reconhecer o vira-lata caramelo é reconhecer milhões de animais invisibilizados e criar políticas públicas para ações efetivas de proteção, cuidado e adoção", afirma.

O projeto nasceu da necessidade de dar visibilidade a um símbolo genuinamente brasileiro, presente em todos os municípios paulistas, nas comunidades, bairros e histórias das famílias.

"Apesar de sua imagem associada à docilidade e à resistência, os cães sem raça definida representam a maioria dos animais abandonados no País e

chegam a ter até 90% menos

chances de adoção quando comparados a cães de raça", afirma o Governo do Estado de São Paulo.

'ORELHA E ABACATE'

O tema ganha ainda mais relevância diante da comoção nacional provocada, nesta semana, pelo caso envolvendo a morte do cachorro Orelha, um vira-lata caramelo que vivia na Praia Brava, em Florianópolis, Santa Catarina. A Polícia Civil de Santa Catarina identificou ao menos quatro adolescentes suspeitos de tê-lo agredido de forma violenta com intuito de causar sua morte

Na mesma semana, o cão Abacate foi morto a tiros em

Toledo, no Paraná. Pessoas da comunidade encontraram o cão ferido na manhã de terça-feira, e o levaram a um hospital veterinário particular, Abacate ainda passou por uma cirurgia de emergência. A bala perfurou o intestino de Abacate, que não resistiu aos ferimentos e morreu. A polícia tenta identificar o autor do crime.

Ambos os animais eram reconhecidos por moradores da região e simbolizava a vulnerabilidade enfrentada por cães sem raça definida em todo o País. Com a sanção da Lei nº 18.389/2026, São Paulo assume protagonismo nacional na defesa dos animais sem raça definida.

VERÃO:

Sol com nuvens de manhã.
Pancadas de chuva à tarde e à noite.

MEGAOPERAÇÃO

Número de pessoas mortas a bala cresce 44,2% no Rio

GILBERTO COSTA/ABRASIL

Entre 28 de outubro do ano passado e 28 de janeiro deste ano, 329 pessoas foram mortas por armas de fogo na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, que engloba 22 municípios no total: a capital, os municípios do leste metropolitano e a baixada fluminense. O número supera em 44,2% (101 casos) o total de mortes a tiro ocorridas no mesmo período dos anos anteriores (28 de outubro de 2024 a 28 de janeiro de 2025), quando 228 pessoas foram mortas.

Em 28 de outubro, o governo do Rio de Janeiro mobilizou 2,5 mil policiais em uma mega operação para a execução de 100 mandados de prisão de integrantes do Comando Vermelho em 26 comunidades da zona norte da capital e que formam o

Complexo da Penha e o Complexo do Alemão. Os dados são do Instituto Fogo Cruzado e foram levantados a pedido da Agência Brasil.

O número de pessoas letalmente atingidas inclui pessoas inocentes de diferentes idades, pessoas envolvidas com crimes e procuradas pela polícia, além de agentes das forças de segurança do estado do Rio. Quatro pessoas foram mortas por bala perdida e 23 foram feridas – dessas, oito pessoas foram atingidas em ações policiais.

TIROTEIOS E LETALIDADE

De acordo com o Fogo Cruzado, entre 28 de outubro de 2025 e 28 de janeiro de 2026, 220 pessoas foram feridas não letalmente a bala e ocorreram 520 tiroteios. Duzentos tiroteios (38,4%) aconteceram em ações ou operações policiais,

que resultaram em 210 pessoas mortas (68,8% dos casos) e 125 pessoas feridas (56,8% dos casos).

Quase a metade do total de pessoas mortas a bala depois da mega operação (47,7%), foram alvejadas nas 12 chacinas que ocorreram nos últimos três meses, oito dessas chacinas foram de iniciativa policial. Desde 28 de agosto de 2020, início do governo Cláudio Castro, 890 pessoas foram mortas em chacinas, também quantifica o Instituto Fogo Cruzado.

INVESTIGAÇÕES

O Grupo de Atuação Especializada em Segurança Pública do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (GAESP/MPRJ) informou à Agência Brasil que há investigações em andamento sobre a mega operação policial nos complexos da Penha e do

Alemão. Segundo comunicado, o trabalho ocorre sob sigilo e “foram ouvidos diversos policiais, familiares das vítimas e outras testemunhas.”

Sem sucesso, a reportagem tentou ouvir a Secretaria de Segurança Pública do governo do Rio de Janeiro e a Polícia Civil para saber se após mega operação nos complexos da Penha e do Alemão houve diminuição dos territórios dominados por facções criminosas no estado do Rio, se houve queda ou acréscimo de roubos e furtos e se variou o volume de drogas e armas apreendidas, entre outras informações.

A Agência Brasil também procurou manifestações a respeito dos três meses após a operação junto a Defensoria Pública, a Ordem dos Advogados do Brasil (seção Rio de Janeiro), e o Conselho Nacional de Justiça.

9D WHITE TEETH

Anvisa proíbe marca de fita usada para clareamento dental

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) proibiu a comercialização, distribuição, importação, propaganda, transporte e uso da fita *9D White Teeth Whitening Strips*, usada para clareamento dental.

A determinação foi publicada na terça-feira no Diário Oficial da União. Na resolução, a agência determina a apreensão de todos os lotes da fita.

Em nota, a Anvisa esclarece que o produto não está regularizado junto à agência e que a empresa responsável, a VM Global Trade, não possui autorização de funcionamento para atuar nessa área no Brasil.

Apesar de estar irregular, foi identificada a importação e comercialização da fita no país. O uso de produtos sem registro pode causar danos à saúde, alerta a agência reguladora.

SEGURANÇA

Castro assina decreto de reestruturação da Polícia Militar

O governador Cláudio Castro (**foto**) assinou,, o decreto que estabelece a nova reestruturação operacional e administrativa da Secretaria de Estado de Polícia Militar. A iniciativa prevê a centralização de esforços na expansão da presença ostensiva com a criação de novas unidades operacionais e administrativas, visando otimizar o tempo de resposta e alinhar a atuação da corporação às atuais dinâmicas de segurança pública.

Entre as medidas estabelecidas estão a modernização e a eficiência administrativa, permitindo que a Polícia Militar tenha um controle mais eficiente do território.

“É uma mudança importante e positiva. Em uma sociedade em plena evolução, não podemos aceitar que uma instituição como a Polícia Militar permaneça há mais de 50 anos com a mesma estrutura. Estamos organizando melhor a estrutura, distribuindo melhor as equipes, dando mais condições de trabalho para os policiais e valorizando também seus familiares. Uma polícia mais forte é uma polícia mais presente nas ruas”, afirmou o governador Cláudio Castro.

A proposta também fortalece o serviço de inteligência, melhora a gestão de pessoas,

ROGÉRIO SANTANA/GOVERNO DO RJ



amplia a atenção aos pensionistas, investe na saúde dos policiais, com a construção do Hospital da Polícia Militar de Sulacap, na Zona Oeste do Rio e reforça a imagem institucional da corporação.

A Polícia Militar vai criar, pelo menos, 16 unidades operacionais e administrativas. Estão incluídos batalhões como: 1º BPM (Venda da Cruz - SG), já em funcionamento; o 13º BPM (Maricá); o 42º BPM (Araucária); 44º BPM (Nova Iguaçu), 45º BPM (Jacaré) e 46º BPM (Guarus e São Francisco de Itabapoana).

A reorganização vai transformar oito unidades da Polícia Ambiental em três Batalhões de Polícia Ambiental, 1º BPAM (São Gonçalo), 2º BPAM (Volta Redonda) e 3º BPAM (São João da Barra). A medida busca tornar a PM mais forte e eficiente para agir e prevenir crimes, além de reduzir a sobrecarga dos batalhões já existentes.

FIM DE SEMANA

CET-Rio realiza operações de trânsito para blocos de rua

A Companhia de Engenharia de Tráfego do Rio de Janeiro (CET-Rio) montou operações especiais de trânsito para os blocos de rua credenciados pela Riotur, que vão desfilar em diversos bairros da cidade no sábado (31/01) e no domingo (01/02), além dos megabloques que desfilam pelo Circuito Preta Gil, na Avenida Presidente Antônio Carlos, no Centro. A operação visa promover a segurança viária aos foliões e manter a fluidez do trânsito no entorno, além de orientar motoristas e pedestres.

O planejamento foi elaborado por cada bloco e conta com apoio de agentes da CET-Rio, da Guarda Municipal e de controladores de tráfego terceirizados. As equipes vão atuar diretamente nos pontos de bloqueios e nos acessos às vias que serão interditadas. O estacionamento estará proibido por placas de sinalização.

Entre os blocos oficiais deste final de semana, estão o Bloco da Gold e SeráQAbre, no Circuito Preta Gil, no Centro; Desliga da Justiça, no Centro;

Spanta Neném, na Lagoa; Nem Muda e Nem Sai de Cima, na Tijuca; Põe na Quentinha, no Maracanã; Amigos da Barra, na Barra da Tijuca; Viralata, em São Conrado; e Me Esquece, no Jardim Botânico.

Técnicos da CET-Rio, no Centro de Operações e Resiliência (COR-Rio), irão monitorar toda a movimentação do trânsito por meio das câmeras para que, se necessário, sejam feitos ajustes na programação semafórica com o objetivo de garantir as boas condições viárias.

RECOMENDAÇÕES

A CET-Rio orienta à população a programar o deslocamento com antecedência e priorizar o uso do transporte público, como o metrô e o trem, já que esses modos de transportes são de alta capacidade e não são diretamente impactados por fechamentos viários. Vale lembrar que todos devem respeitar a sinalização de trânsito e seguir as orientações dos agentes de trânsito.

MACONHA

Anvisa aprova cultivo de cannabis por empresas e amplia acesso

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou ontem uma resolução que amplia o uso de terapias à base de cannabis. Com a norma, fica autorizada a venda do canabidiol em farmácias de manipulação e o cultivo da planta no país — por pessoas jurídicas — volta para a fabricação de medicamentos e outros produtos aprovados.

Neste caso, a produção é restrita, compatível com a procura pelos itens e conforme indicado pelas empresas à Anvisa.

A Anvisa pretender criar e coordenar um comitê, integrado pelos Ministérios da Justiça, da Saúde e da Agricultura e Pecuária. Essa instância ficará incumbida de manter ações permanentes de controle e assegurar fiscalização e segurança em todas as etapas de produção.

Com a nova resolução do órgão, também fica permitida a comercialização de medicamentos usados via bucal, sublingual e dermatológica.

Também fica permitida a importação da planta ou do extrato para a fabricação de medicamentos.

Ficou decidido na reunião da Anvisa um limite de até 0,3% de THC (Tetrahydrocannabinol), composto da planta, tanto para materiais importados como para adquiridos. O THC é usado para tratamento de pessoas que vivem com diversas doenças debilitantes e crônicas.

As mudanças nas regras do uso da cannabis no país atendem a pedido do Superior Tri-



TV BRASIL

buna Federal (STF) que, no fim do ano passado, determinou que a Anvisa regulamentasse o uso da planta desde que com fins medicinais.

OTIMISMO

O mais novo passo na regulamentação da cannabis sativa como medicamento e objeto de pesquisa é recebido com otimismo por parcela significativa das entidades que levantam a bandeira.

Emilio Figueiredo, que participou da criação da primeira associação do país pensada para garantir o acesso de pacientes a medicamentos canábicos, celebra o avanço no debate e na concepção do ato normativo. "Foi muito interessante e surpreendente abrirem para a escuta", afirmou o advogado, observando ser uma iniciativa inédita.

Cofundador da Rede Jurídica pela Reforma da Política de Drogas, Figueiredo aposta em mais lucidez e assertividade sobre as

soluções de ampliação do acesso. Ele comenta, ainda, o poder de atração da cannabis em diversos círculos, independentemente da posição política-ideológica, de modo que "a gente não tem nenhum modelo em que as pessoas se reúnem da mesma forma".

Durante a reunião desta manhã, Jair Pereira Barbosa Júnior, representante da Federação das Associações de Cannabis Terapêutica (Fact), de Alto Paraíso (GO), salientou a capacidade de auto-organização do movimento associativo e a diminuição da insegurança jurídica com a regulamentação.

ADERÊNCIA À CANNABIS

Apesar dos obstáculos para obtenção dos remédios à base de cannabis, o Brasil soma 873 mil pessoas em tratamento, segundo o anuário da Kaya Mind, de 2025. O número é recorde e aparece após uma curva ascendente, ano após ano.

No total, há 315 associações

REDE PÚBLICA

Ministério da Saúde certifica seis hospitais de ensino no SUS

O secretário da Gestão do Trabalho e da Educação do Ministério da Saúde, Felipe Proença (**foto**), assinou ontem, em Belo Horizonte, a certificação de seis hospitais de ensino no Sistema Único de Saúde (SUS).

O ato foi realizado no Hospital Sofia Feldman, que também recebeu o certificado.

Os estabelecimentos são voltados para a formação na área da saúde e têm estágios para estudantes e residência médica para que os profissionais da área possam se desenvolver. São lugares com produção de conhecimento e inovação em saúde.

A certificação desta quarta-feira ocorre de forma alinhada com o programa Agora Tem Especialistas, que busca a formação de novos especialistas e também a oferta de serviços de saúde de alta complexidade.

Além do Sofia Feldman, também receberam a certificação o Complexo Hospitalar Mater Dei (MG), Hospital das Clínicas de Bauru (SP), Hospital Universitário de Vassouras (RJ), Hospital Municipal Ronaldo Gazolla (RI) e Hospital Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Passos (MG).

VALTER CAMPANATO/ABRASIL



BAHIA

Mulher deve receber R\$ 1,4 mi após viver em situação de escravidão

LEONARDO SIQUEIRA/AE

Uma mulher de 59 anos de Feira de Santana, na Bahia, deve receber R\$ 1,4 milhão após viver por 42 anos em condições análogas à escravidão, sem receber remuneração ou férias. A decisão foi proferida pelo juiz Diego Alírio Sabina, do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (TRT5-BA), e foi publicada em 19 de janeiro.

ENTENDA O CASO

Em nota, o TRT afirmou que a vítima chegou à residência familiar em 1982, quando tinha apenas 16 anos, e logo passou a exercer as funções de uma empregada doméstica em período integral.

O tribunal afirma que, durante as mais de quatro décadas, ela não recebeu salários e morou em um cômodo descrito como "precário", nos fundos do imóvel. O magistrado destacou que a mulher, que é negra, foi mantida em uma espécie de "senzala contemporânea".

Por conta da idade precoce com que começou a morar na casa da família, a vítima não conhecia os seus direitos "Isso fez com que a mulher permanecesse em condições análogas à escravidão", afirmou o TRT. Sem folgas ou férias e privada do acesso à educação, a vítima vivia "em condições sub-humanas".

Atualmente com 59 anos, a vítima relatou que os empregadores passaram a tentar expulsá-la da residência e a restringir suas atividades na casa. Em um dado momento, a família teria até mesmo tranca-do armários para impedir seu acesso à comida.

O QUE DIZ A FAMÍLIA?

A família em questão tem outra visão do ocorrido. Eles alegam que a mulher nunca foi empregada, não possuía obrigações domésticas e foi acolhida como "membro da família". Segundo eles, as atividades realizadas pela mulher na residência ocorriam de forma voluntária, assim como por todos os outros moradores da casa, informou o TRT.

A Carteira de Trabalho da mulher foi assinada somente

em 2004, mais de 20 anos após o início das atividades. Nos autos consta que a patroa não se lembra de ter feito a anotação e questionou a autenticidade da assinatura. Porém, conforme o TRT, um exame grafotécnico confirmou que a rubrica era da empregadora. Os recolhimentos previdenciários foram realizados até novembro de 2009.

No total, a família com quem a vítima morava foi condenada a pagar R\$ 1.450.699,59. O valor inclui salários não pagos, recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e anotação da data de admissão na Carteira de Trabalho em 1º de março de 1982, além de mais R\$ 500 mil de indenização por danos morais. A sentença foi publicada em janeiro de 2026 e ainda cabe recurso.

O QUE DIZ A DECISÃO?

Na decisão, o juiz Diego Alírio Sabino atesta que a anotação na Carteira de Trabalho e as contribuições previdenciárias comprovam que a mulher não era apenas um "membro da família".

O magistrado também ressalta que, mesmo a convivência tendo sida longa o suficiente para a criação de laços de intimidade, "a trabalhadora passou a compreender sua real situação com a aproximação da velhice", diante da ausência de moradia própria e de recursos essenciais para sua subsistência.

Segundo o juiz, mesmo ela recebendo eventuais auxílios financeiros, o objetivo da família era de "dissimular a relação de emprego". A decisão também considerou o depoimento de testemunhas que confirmaram a condição da mulher como empregada doméstica.

"Ela tornou-se, assim, uma jovem negra ‘agregada’ e ‘vivendo de favor’ na casa, primeiro em Santo Antônio de Jesus e depois em Feira de Santana. Essa condição se manteve na vida adulta por mais de quatro décadas, até perceber que não fazia parte da família, apenas a servia em troca de auxílios mínimos e comiseração", afirmou o magistrado.

WASHINGTON

Lula viajará aos EUA em março para reunião com Trump

PEDRO RAFAEL VILELA - REPÓRTER DA AGÊNCIA BRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou nesta terça-feira (27) que viajará aos Estados Unidos em março para um encontro bilateral com o presidente do país, Donald Trump. A reunião ocorrerá na Casa Branca, em Washington. Lula confirmou a viagem ao chegar ao Panamá, na América Central, onde participará como convidado especial do Fórum Econômico Internacional da América Latina e Caribe, a convite do país anfitrião. O evento será nesta quarta-feira (28).

"No começo de março eu vou fazer uma viagem a Washington porque os Estados Unidos e o Brasil são as duas principais democracias do Ocidente e eu acho que dois chefes de Estado precisam conversar olhando um no olho do outro, para que a gente possa discutir as boas relações entre Brasil e Estados Unidos", disse o presidente em rápida conversa com jornalistas na chegada ao hotel na Cidade do Panamá.

"Eu estou convencido que a gente vai voltar à normalidade logo, que a gente vai fortalecer o multilateralismo e que a gente vai fazer com que as economias voltem a crescer, porque é isso que o povo espera de todos nós", acrescentou. Lula e Trump conversaram por telefone na segunda-feira e trataram de diversos assuntos, incluindo a situação na Venezuela, o plano de paz para a Faixa de Gaza e o combate ao crime organizado, de acordo com nota oficial do Palácio do Planalto.

No Panamá, Lula também foi questionado sobre a crise na Venezuela e a presença militar dos EUA no Caribe. Ele disse conversou duas vezes com a presidente interina do país, Delcy Rodríguez, ainda nos dias que se seguiram à invasão militar norte-americana, em Caracas, mas que vai ligar novamente para a sucessora de Nicolás Maduro.

"Eu conversei duas vezes com a presidente Delcy, mas não entrei em detalhe porque ela estava muito preocupada com os acontecimentos que era muito recente.

RAMAGEM

Pedido de extradição está nos EUA desde ano passado

JOÃO PEDRO BITENCOURT/AE

O Ministério da Justiça e da Segurança Pública (MJSP) informou ao Supremo Tribunal Federal (STF) ontem, que o pedido de extradição do ex-deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ) já foi entregue ao governo dos Estados Unidos em 30 de dezembro do ano passado. Não há prazo para a análise do requerimento.

Ex-diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Ramagem foi condenado a 16 anos, 1 mês e 15 dias de prisão por participação na tentativa de golpe para reverter o resultado das eleições de 2022. Após a condenação, ele deixou o País e fugiu para os Estados Unidos, em setembro.

Em novembro, o ministro Alexandre de Moraes, do STF, decretou a prisão preventiva do ex-deputado. No mês seguinte, determinou que a Secretaria Judiciária do STF remetesse ao MJSP os documentos necessários para a formalização do pedido de extradição. Uma semana depois, a pasta informou à Corte que havia solicitado ao



VALTER CAMPANATO/ABRASIL

Ministério das Relações Exteriores o encaminhamento do processo às autoridades norte-americanas, que segundo o MJSP, foi entregue no dia 30 de dezembro.

Ramagem teve o mandato cassado em 18 de dezembro, no mesmo dia em que a Câmara

ra dos Deputados também declarou a perda do mandato de Eduardo Bolsonaro (PL-SP), filho do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Nas redes sociais, Ramagem afirmou que a decisão foi resultado de uma "canetada" e acusou o presidente da Casa, Hugo Motta (Repúbli-

canos-PB), de atuar como "subordinado de um ministro ditador", em referência a Moraes.

Motta afirmou que a decisão foi tomada pelos líderes partidários para evitar um "novo episódio de conflito e de estresse institucional"

ATÉ MARÇO

Governo deve entregar mais 400 unidades odontológicas móveis

ELAINE PATRICIA CRUZ/ABRASIL

O governo federal projeta entregar mais 400 Unidades Odontológicas Móveis (UOMs) até o mês de março, além das 400 que já foram entregues no ano passado, informou ontem o coordenador-geral de Saúde Bucal do Ministério da Saúde, Edson Hilan Gomes de Lucena, que participa do Congresso Internacional de Odontologia de São Paulo, no Expo Center Norte, na capital paulista.

"No total, vamos somar 800 novas unidades móveis até março, que serão distribuídas para todas as unidades federativas", disse à Agência Brasil.

As unidades fazem parte do programa Brasil Sorridente, que tem como foco levar atendimento odontológico às populações que têm dificuldade de acesso ao serviço, incluindo indígenas, quilombolas, pessoas em situação de rua e assentadas. O objetivo da ação, segundo ministério, é garantir assistência a todas as pessoas.

A iniciativa oferece tanto procedimentos de atenção primária

quanto ações especializadas em tratamento endodôntico e oferta de próteses dentárias.

"O Brasil Sorridente, que é a política nacional de saúde bucal, tem o dever de levar cuidados para toda população brasileira", afirmou.

Segundo Gomes de Lucena, a unidade móvel é um dos componentes do programa, um consultório completo em carro equipado com raio X, cadeira e equipamentos para fazer restauração, extração e procedimentos preventivos, levando a equipe de saúde bucal até aqueles territórios mais distantes como na zona rural, quilombos, assentamentos e população em situação de rua.

Em setembro do ano passado, a população da cidade de Mâncio Lima, no Acre, Unidades Odontológicas Móveis (UOMs) recebeu, por exemplo, uma das unidades móveis, o que permitiu o acesso de populações ribeirinhas ao tratamento odontológico. As equipes locais construíram uma balsa e instalaram a unidade móvel nela para fazer o atendimento chegar às

comunidades por meio do rio.

CONGRESSO

Em entrevista à Agência Brasil, durante o congresso, Lucena informou que o governo federal também planeja ampliar a oferta de tratamentos que serão oferecidos por cada uma das unidades móveis, de forma que possam também realizar tratamento de canal e prótese dentária com fluxo digital, que utiliza tecnologia para restaurações mais rápidas e precisas.

"Estamos fazendo um piloto para prótese dentária com fluxo digital no município de Cavalcante, em Goiás. Provavelmente na próxima semana estaremos lançando isso", informou. "Com esse equipamento, a boca da pessoa é escaneada para impressão da prótese. No retorno, o paciente já sai com a prótese. Serão doados 500 kits de combo para o fluxo digital para diversos municípios do país", disse.

RETORNO

As unidades móveis odontológicas foram criadas no segundo mandato do governo Lula,

em 2009. No entanto, o programa foi interrompido em 2015 e retomado somente em agosto do ano passado, quando passou a receber investimentos do Novo PAC Saúde.

O professor e pesquisador da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Angelo Giuseppe Roncalli Costa Oliveira, coordenou um censo para avaliar a ação, realizado em 267 municípios brasileiros, que receberam unidades móveis até o ano de 2017. O censo foi feito antes de o programa ser interrompido e já demonstrou que as unidades odontológicas móveis cumprem um importante papel, ampliando o acesso da população à saúde bucal. "A importância é a ampliação do acesso", destacou o coordenador-geral.

"Em 75% das unidades que funcionam, foi unânime o relato de gestores e dentistas sobre a ampliação do acesso. Uma fala muito comum deles era que uma determinada comunidade jamais ia ver um dentista se não fosse por essas unidades móveis", acrescentou.

STF

André Mendonça rejeita pedido de revogação da prisão do Careca do INSS

AGUIRRE TALENTO/AE

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça rejeitou um pedido de revogação da prisão preventiva do empresário Antônio Carlos Camilo Antunes, conhecido como "Careca do INSS", investigado sob suspeita de operar um esquema de desvios de aposentadorias na autarquia e preso desde setembro do ano passado.

Procurada, a defesa dele afirmou que a prisão "não preenche os requisitos legais" e que ele tem adotado postura colaborativa. "A defesa reitera que a prisão de Antônio Carlos Camilo não preenche os requisitos legais, uma vez que todas as atividades de suas empresas foram encerradas, não

há risco de fuga ou de atrapalhar as investigações. Muito pelo contrário: a defesa indicou bens para bloqueio que não eram de conhecimento das autoridades, demonstrando uma postura colaborativa. Ademais, a defesa informa que apresentará recurso sobre o indeferimento da liberação dos valores para pagamento das rescisões trabalhistas, pois são verbas trabalhistas dos colaboradores que prestaram serviços lícitos e que foram desligados para que as empresas encerrassem as atividades", afirmou, em nota, a advogada Danyelle Galvão.

Em sua decisão, o ministro apontou que existem evidências de operações financeiras suspeitas de lavagem de dinheiro envolvendo uma rede de empresas

ligadas a Antônio Camilo. Citou ainda que a existência de patrimônio dele no exterior e vínculos empresariais fora do território nacional poderiam resultar em risco de fuga. Por isso, André Mendonça manteve a prisão.

"Há, nos autos, fortes indícios de múltiplas operações financeiras, societárias e imobiliárias, envolvendo distratos, transferências de valores, intermediações de bens de alto valor e circulação de ativos por diversas pessoas jurídicas, o que reforça, em juízo de cognição sumária, a especial periculosidade concreta da conduta e o risco de reitereção, caso restituída a plena liberdade", escreveu o ministro.

Mendonça, porém, acolheu um dos pedidos da defesa do em-

presário e autorizou o desbloqueio de R\$ 12 mil de suas contas, com o objetivo de pagar despesas com registro de imóveis em cartórios. Esses imóveis estavam sendo adquiridos pelo Careca do INSS e serão bloqueados pelo STF após a transferência para seu nome.

Mas o ministro indeferiu pedido da defesa para desbloquear valores de suas contas com o objetivo de pagar dívidas trabalhistas de suas empresas.

Mendonça também pediu esclarecimentos à Polícia Federal sobre uma informação apresentada pela defesa do empresário, de que a corporação teria feito uma ação "informal" de busca e apreensão no endereço de uma das empresas ligadas a ele em Brasília.

CONGRESSO

Escala 6x1: governo vai enviar projeto para agilizar aprovação

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

A ministra das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann (**foto**), afirmou que o fim da escala de seis dias de trabalho por um de folga (6x1) no Brasil é prioridade para o governo federal neste ano. Em conversa com a imprensa ontem, ela afirmou que o governo de enviar um projeto para unificar as propostas que já estão em tramitação no Congresso sobre o tema e que a expectativa é pela aprovação ainda no primeiro semestre.

“Depois do presidente (Luiz Inácio Lula da Silva) ter feito a correção do salário mínimo por aumento real, ter conquistado mais empregos para população, ter feito a isenção do imposto de renda (IR) para quem ganha até R\$ 5 mil, está na hora de cuidar da qualidade de vida do povo brasileiro”, disse Gleisi.

“Não é possível que as pessoas tenham um dia só por semana para descansar e para terem os seus afazeres domésticos e pessoais. Isso atinge principalmente as mulheres. Então, o presidente Lula está determinado”, explicou a ministra.

Segundo ela, o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, “é simpático” em colocar o tema em discussão e é papel do governo batalhar pela aprovação. Para Gleisi, o projeto tem apoio popular e, assim como a isenção do imposto de renda, deve ter o apoio de todo o parlamento.

“(O IR) foi um projeto que nós aprovamos por unanimidade nas duas casas do Congresso Nacional. Então, quando você tem a opinião pública, quando você mostra certeza de uma proposta, eu acho que a casa se mostra sensível”, afirmou, contando que alguns setores produtivos, como a indústria, já trabalham com escala diferenciada.

ANO LEGISLATIVO

No dia 2 de fevereiro, a Câmara e o Senado retomam os trabalhos legislativos. Além do fim da escala 6x1, a ministra Gleisi cita entra as prioridades do governo a aprovação do acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Europeia, a regulamentação do trabalho por aplicativos, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública e o projeto de lei antifacção, além de algumas medidas provisória como a de criação do programa Gás do Povo e do Regime Especial de Tributação para Serviços de Datacenter no Brasil, o Redata.

Ainda, o governo está trabalhando para manter o veto do presidente Lula ao projeto de lei conhecido como PL da Dosimetria, aprovado em dezembro pe-



FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL

lo Congresso Nacional. O texto prevê a redução de penas de condenados pelos atos antidemocráticos de 8 de janeiro e pela tentativa de golpe de Estado.

“Nós estamos conversando com os líderes, com os deputados, nosso objetivo é manter o veto, achamos que isso é importante. Esse processo de responsabilização da tentativa de golpe se deu dentro do devido processo legal e ele é pedagógico. Qualquer situação que mexa nisso, inclusive, porque ainda nós estamos com o processo em andamento, vai ser muito ruim para a democracia e para o Estado Democrático de Direito”, defendeu.

Gleisi Hoffmann ainda contou que os Três Poderes assinarão um pacto pelo enfrentamento ao feminicídio, no próximo dia 4 de fevereiro. O enfrentamento à violência contra a mulher é um dos temas que entrou na agenda de prioridades do presidente Lula, que vem se manifestando publicamente sobre o tema.

EMENDAS

Ainda sobre a relação com o Congresso, Gleisi comentou que o tema das emendas parlamentares está pacificado. O Orçamento de 2026 prevê aproximadamente de R\$ 61 bilhões em emendas parlamentares. Desse total, cerca de R\$ 37,8 bilhões serão destinados a emendas impositivas, de pagamento obrigatório.

O governo deverá antecipar o pagamento de pelo menos 65% das emendas parlamentares impositivas (individuais e de bancada) até julho. Segundo a ministra, são emendas de transferência fundo a fundo ou de transferência direta. “Não temos compromisso de execução de emendas que precisam de convênio e de emendas de comissão”, explicou.

Emenda parlamentar é uma

forma de destinação de recursos do orçamento público, indicada por deputados e senadores para finalidades específicas, geralmente para obras, serviços ou projetos em suas regiões. Elas são objeto de discussão, inclusive no Supremo Tribunal Federal, em relação à transparência na destinação dos recursos, apelidadas de orçamento secreto.

BANCO MASTER

Na conversa com os jornalistas, a ministra das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, também comentou sobre as investigações das fraudes financeiras do Banco Master. Segundo ela, há uma tentativa da oposição de ligar pessoas do governo ao dono do Master, Daniel Vorcaro, incluindo o ex-ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, e o próprio presidente Lula que, segundo informações divulgadas na imprensa, teve um encontro com o banqueiro em dezembro de 2024.

“O presidente recebe muita gente, já recebeu Vorcaro, já recebeu outros presidentes de banco. Isso é da natureza do cargo presidencial, conversar com todos da sociedade. Não vejo problema nenhum em relação a isso. O que importa é que o presidente deu uma orientação para que esse caso fosse acompanhado e apurado de maneira técnica e com rigor da lei. E isso está sendo feito”, afirmou Gleisi.

Sobre Lewandowski, o ex-ministro do STF divulgou nota nesta terça-feira (27) explicando que, ao deixar a Corte em abril de 2023, retornou às atividades de advocacia e, entre vários outros clientes, prestou serviços de consultoria jurídica ao Banco Master. Ele afirmou que deixou de atuar como advogado da instituição após ser convidado pelo presidente Lula para assumir a pasta no governo federal.

“Quando o presidente Lula convidou o ministro Lewandowski, ele sabia que o ministro tinha contratos privados e o ministro informou que ia cumprir a lei e desvincular-se de todos os contratos, o que fez. Não há problema, irregularidade nenhuma, crime nenhum ele ter contrato de consultoria”, argumentou a ministra Gleisi.

Ela lembrou ainda que toda a apuração da Polícia Federal (PF) feita em relação ao Banco Master foi feita sob a gestão de Lewandowski no Ministério da Justiça.

“E foi na gestão do ministro Lewandowski que o presidente do Master, o Vorcaro, foi preso. Então, essa situação que tentam ligar o governo, o ministro Lewandowski, é uma tentativa da oposição. O governo tem sido firme, decidido em fazer a investigação. Seja a fiscalização do Banco Central, seja investigação da Polícia Federal. Então, foram nesses últimos 10 meses que isso aconteceu”, reafirmou.

Em novembro de 2025, o banqueiro Daniel Vorcaro e outros acusados foram alvo da Operação Compliance Zero, deflagrada pela PF para investigar a concessão de créditos falsos pelo Banco Master, incluindo a tentativa de compra da instituição financeira pelo BRB, banco público ligado ao governo do Distrito Federal. De acordo com as investigações, as fraudes podem chegar a R\$ 17 bilhões.

Para Gleisi, a oposição tem mais explicações a dar do que o governo, citando a tentativa de compra do BRB e a suspeita de operações financeiras irregulares da Rioprevidência com o Banco Master. Os governadores do Distrito Federal e do Rio de Janeiro são, respectivamente, Ibaneis Rocha (MDB) e Cláudio Castro (PL), e têm atuação de oposição ao governo Lula.



MARCELO CAMARGO/ABRASIL

nário de R\$ 83 milhões para o setor rural e o projeto de lei que cria o Instituto Federal do Sertão Paraibano.

COMISSÕES

Ainda na próxima semana, devem ocorrer a instalação e a

eleição para os presidentes das comissões permanentes. Segundo o líder do governo, José Guimarães (PT-CE), o acordo entre os líderes foi de que as comissões serão comandadas pelos mesmos partidos do ano passado.

“Foi aprovada a proposta de

manutenção dos mesmos partidos presidindo as comissões. Só mudam os nomes. Mas aquilo que cada partido teve até agora nas comissões, serão repetidas as indicações. Cada bancada vai ter a próxima semana para discutir isso, para compor tudo antes do carnaval. Essa é a prioridade das prioridades”, disse Guimarães.

Segundo presidente da Câmara, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública será debatida nas próximas semanas, com previsão de votação após o carnaval. Relator da PEC, o deputado Mendonça Filho (União-PE) se reunirá com o novo ministro da Justiça, Wellington Lima e Silva, na semana que vem para discutir o texto.

ATAQUE ORQUESTRADO

Caso Master: PF vai a purar campanha contra BC nas redes

FELIPE PONTES/ABRASIL

A Polícia Federal (PF) abriu um inquérito para apurar a existência de um ataque orquestrado ao Banco Central por meio das redes sociais, após a autoridade monetária ter liquidado o banco Master.

As suspeitas surgiram após denúncias de influenciadores digitais de direita, que disseram ter sido abordados com propostas financeiras para gravar vídeos com críticas ao BC.

Um dos que vieram a público é Rony Gabriel, vereador de Erechim, no Rio Grande do Sul, pelo PL. Em entrevista ao jornal O Globo, neste mês, ele relatou ter sido procurado por executivos ligados a Daniel Vorcaro, dono do Master.

Segundo o relato, a ideia seria criticar a liquidação do Master e colocar em xeque a credibilidade do BC.

FRAUDE FINANCEIRA

O banco Master já é investigado no Supremo Tribunal Federal (STF), em inquérito sob a relatoria do ministro Dias Toffoli.

PAPUDINHA

PM pede a Moraes autorização para Bolsonaro caminhar

JOÃO PEDRO BITENCOURT/AE

A Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) encaminhou ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), um pedido de adequações operacionais e de segurança relacionadas à custódia do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) no 19º Batalhão da PMDF, conhecido como Papudinha.

No ofício, enviado na terça-feira, a corporação solicita autorização para alterar o dia de visitas do ex-presidente, permitir a realização de caminhadas em locais controlados da unidade e ampliar o acesso à assistência religiosa.

Segundo a PMDF, Bolsonaro é um “custodiado sensível” em razão das funções públicas que exerceu, da repercussão do caso e do risco potencial de hostilidades. A corporação afirma que o tratamento diferenciado não configura privilégio, mas medida preventiva voltada à segurança e à integridade física do preso, de visitantes e do efetivo policial.

Entre os pedidos, a PM solicitou que o dia de visitação de Bolsonaro seja transferido, de forma excepcional, da quinta-feira para o sábado. A justificativa é que, nos dias úteis, há intenso fluxo de servidores, custodiados e atividades administrativas na Papudinha, além de coincidência com o dia de visitas dos demais presos da unidade.

De acordo com o documento, aos sábados o fluxo interno é reduzido, não há expediente administrativo regular e não ocorre visitação dos outros presos, o que permitiria

li, por suspeitas de fraude financeira em operações envolvendo a compra da instituição pelo BRB, banco do Distrito Federal.

O negócio foi barrado pelo BC, sob a suspeita de que o banco público estaria adquirindo carteiras de crédito podres, ou seja, sem nenhum lastro em ativos reais.

Até o momento não há um número oficial para o rombo, com estimativas que vão de R\$ 2,4 bilhões a R\$ 4 bilhões. Os investigados, incluindo Vorcaro, já começaram a ser ouvidos pela PF.

Com as denúncias sobre uma suposta campanha negativa contra o BC nas redes sociais, a PF produziu um relatório preliminar e o entregou a Toffoli.

O ministro examinou postagens e outras informações antes de autorizar a abertura de um novo inquérito específico sobre a suposta campanha difamatória.

Os investigadores devem agora apurar se houve ação paga e orquestrada, o que pode configurar crime contra as instituições.

maior previsibilidade operacional, controle de acesso e segregação dos ambientes.

A PMDF também pede autorização para que o ex-presidente realize caminhadas de forma controlada e restrita, sob escolta e supervisão permanente. As atividades ocorreriam em locais previamente definidos, como o campo de futebol ou a pista asfaltada nos fundos do núcleo.

O pedido, segundo o ofício, foi feito com base em recomendações médicas e tem como objetivo a preservação da saúde física de Bolsonaro. A corporação afirma que a medida não envolve contato com outros presos nem uso de equipamentos, além de apresentar baixo impacto operacional.

Outro ponto apresentado ao ministro é a extensão da assistência religiosa. A PMDF informou que o atendimento é prestado pela Capelania da corporação, nas vertentes evangélica e católica, sempre sob supervisão do efetivo responsável e observadas as condições de segurança da unidade.

Bolsonaro foi transferido para a Papudinha no dia 16 deste mês, por determinação do ministro Alexandre de Moraes. Antes, ele estava custodiado na Superintendência da Polícia Federal (PF) em Brasília. O ex-presidente cumpre pena de 27 anos e 3 meses de prisão pelos crimes de organização criminosa armada, golpe de Estado, tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, deterioração de patrimônio tombado e dano qualificado contra o patrimônio da União.

Nota

KAJURU ANUNCIA AFASTAMENTO DA POLÍTICA APÓS DIAGNÓSTICO DE PARKINSON

O senador Jorge Kajuru (PSB-GO) afirmou que não disputará uma cadeira na Câmara dos Deputados, possibilidade que chegou a considerar, e anunciou o seu afastamento da vida política. O parlamentar afirmou que priorizará a saúde em detrimento do que ele afirmou ser o desejo do Partido Socialista Brasileiro (PSB). A declaração foi dada em entrevista ao jornal goiano O Popular, na segunda-feira. Kajuru (PSB-GO) revelou ter recebido um diagnóstico de Parkinson em dezembro do ano passado. O parlamentar ainda não havia se pronunciado publicamente sobre a doença, mas afirmou que já iniciou o tratamento. O senador também havia avaliado a possibilidade de se candidatar à Câmara dos Deputados por São Paulo nas eleições deste ano.

CÂMARA

MP que cria Gás do Povo está na pauta no retorno aos trabalhos

Gésio Passos/abrazil

O Congresso Nacional inicia o ano legislativo na próxima segunda-feira. O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), divulgou, ontem, pelas redes sociais, as pautas que serão levadas para votação na Casa já na próxima semana.

Está programada a votação da medida provisória (MP) que cria o Gás do Povo. O projeto, do governo federal, oferece a recarga do botijão de 13 kg para famílias inscritas no CadÚnico com renda de até meio salário mínimo por pessoa. O programa busca atender 15 milhões de famílias.

◆ Também estão na pauta uma
◆ MP que abre crédito extraordinário

GUERRA

Irã reafirma que terá resposta em caso de agressão dos EUA

THAIS PORSCH/AE

Ali Shamkhani, assessor do Líder Supremo do Irã, o Aiato-lá Ali Khamenei, afirmou ontem, que a "resposta será imediata" caso os Estados Unidos lancem uma ação militar contra Teerã em qualquer nível, em publicação no X.

"Qualquer ação militar dos Estados Unidos, de qualquer origem e em qualquer nível, será considerada o início de uma guerra, e a resposta será imediata, abrangente e sem precedentes, dirigida ao agressor, ao coração de Tel-Aviv e a todos aqueles que o apoiam", disse, em referência também a Israel.

Shamkhani publicou a mensagem em três idiomas diferentes - persa, árabe e hebraico - e acrescentou que um "ataque limitado" pelos EUA seria apenas uma "ilusão".

De forma semelhante, o ministro das Relações Exteriores do país, Abbas Araçchi, declarou que forças armadas irania-

nas estão prontas, "com o dedo no gatilho", para responder a qualquer agressão, segundo a agência de notícias Mehr.

A Missão Permanente da República Islâmica na Organização das Nações Unidas (ONU) respondeu também as ameaças recentes do presidente dos EUA, Donald Trump: "O Irã está pronto para o diálogo baseado no respeito mútuo e em interesses comuns - MAS, SE PRESSIONADO, SE DEFENDERÁ E RESPONDERÁ COMO NUNCA ANTES!", escreveu a conta oficial da missão na rede X.

Em meio as tensões entre os dois países, a moeda iraniana, o rial, caiu para um recorde de baixa de 1,6 milhão por dólar, de acordo com comerciantes locais de câmbio entrevistados pela Associated Press. Problemas econômicos haviam desencadeado os protestos que desafiaram a teocracia dos aiatolás e o cenário geral permanece pressionando a divisa local.

Trump pressiona Irã por acordo nuclear após envio de Armada ao país

POR PEDRO LIMA

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, voltou a elevar o tom contra o Irã ontem ao afirmar que uma "grande armada" naval americana está se deslocando rapidamente em direção ao país, em meio à escalada de tensões no Oriente Médio. Em publicação na Truth Social, Trump disse que a frota é "maior do que a enviada à Venezuela" e é liderada pelo porta-aviões Abraham Lincoln.

Segundo o presidente, a armada segue "com grande poder, entusiasmo e propósito" e está "pronta, disposta e capaz de cumprir rapidamente sua missão, com velocidade e violência, se necessário". Trump afirmou esperar que Teerã aceite negociar rapidamente um acordo "justo e equitativo", que exclua de forma explícita o desenvolvimento de armas nucleares. "O tempo está se esgotando", ultimou, ao ressaltar que a situação é "realmente essencial".

Na mensagem, Trump também fez referência a uma ofensiva anterior contra o Irã, a Operação Midnight Hammer, realizada em junho do

ano passado, descrita como de "grande destruição", e advertiu que um novo ataque seria "muito pior". "Façam um acordo. Eles não fizeram, e houve a operação. O próximo ataque será muito mais grave. Não deixem isso acontecer novamente", disse.

A nova ameaça ocorre um dia após Trump afirmar, em entrevista, que espera não precisar usar a "grande armada" naval contra o Irã, embora tenha mantido a pressão militar enquanto sinaliza abertura à via diplomática. O envio do grupo de ataque do porta-aviões Abraham Lincoln ao Oriente Médio ampliou as opções militares dos EUA, segundo autoridades de defesa, em um momento de forte instabilidade interna no Irã.

O país persa vive uma onda de protestos contra o governo, com mais de 6 mil mortos, de acordo com organizações de direitos humanos, número contestado pelo regime iraniano. Paralelamente, há relatos de contatos informais entre autoridades iranianas e o enviado especial da Casa Branca, Steve Witkoff, embora Teerã diga que não há negociações formais em curso.

GRANDE ARMADA

Marco Rubio defende ativos militares contra ameaça do Irã

THAIS PORSCH E ISABELLA PUGLIESE VELLANI/AE

O secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, afirmou que os ativos militares, como a "grande armada" enviada ao Oriente Médio, servem contra uma ameaça do Irã aos americanos, ao participar de audiência no Comitê de Relações Exteriores do Senado ontem.

"O que estamos vendo agora é a capacidade de posicionar ativos no Oriente Médio para se defender contra o que poderia ser uma ameaça iraniana contra nosso pessoal", explicou.

Ele alegou que um dos motivos para a guerra entre a

Rússia e Ucrânia é a vulnerabilidade europeia em relação a Moscou. Rubio, que reafirmou "amar" a Europa e desejar seu sucesso, afirmou que a União Europeia (UE) está cada vez mais vulnerável em relação à energia e ao petróleo russo.

"Estamos preocupados de que as medidas da UE estão deixando os europeus ainda mais vulneráveis, em um momento em que eles deveriam estar se fortalecendo", disse, ao mencionar que qualquer garantia de segurança americana à Kiev possivelmente só entrará em vigor após o fim do conflito no Leste Europeu.

PANAMÁ

Lula diz que ‘uso da força’ não combate mazelas da AL

GEOVANI BUCCI E NAOMI MATSUI/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou ontem que o "uso da força" não é capaz de enfrentar as mazelas da América Latina e defendeu a substituição da "intervenção militar" pela "diplomacia". A declaração foi dada durante a sessão inaugural do Fórum Econômico Internacional da América Latina, realizado no Panamá. Em discurso, Lula afirmou ainda que os Estados Unidos "já souberam" atuar como parceiros dos países da região.

Anteriormente, o petista já havia criticado em diversas oportunidades a ação militar dos EUA no território da Venezuela que capturou, no dia 3 de janeiro, o presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, e a esposa dele, Cilia Flores.

"A história mostra que o uso da força jamais pavimentará o caminho para superar as mazelas que afligem este hemisfério, que é de todos nós", afirmou o presidente. "A divisão do mundo em zonas de influência e investidas neocoloniais por recursos estratégicos constitui gestos anacrônicos e retrocessos históricos."

Nesse sentido, o petista afirmou que a "liberdade contra o



medo" passa pelo desarmamento, ao limitar o recurso ao uso da força e às agressões entre nações. Segundo ele, a região precisa de lideranças comprometidas com mecanismos institucionais capazes de articular, de forma equilibrada, os diferentes interesses nacionais. Para o presidente, essa é uma condição essencial para manter a América Latina e o Caribe como uma zona de paz e cooperação, regida pelo direito internacio-

nal, o que dependerá de uma inserção soberana no cenário global.

"Entre tantas doutrinas que marcaram a história, também houve momentos em que os Estados Unidos souberam ser um parceiro em prol dos nossos interesses de desenvolvimento", continuou. "O presidente Lula defende uma política de boa vizinhança, que tem como objetivo substituir a intervenção militar pela diplomacia"

O presidente disse ainda que nenhum país da América Latina será capaz de resolver seus problemas de forma isolada e defendeu a mudança desse comportamento, com a construção de um bloco econômico capaz de erradicar a fome. Segundo o presidente, a superação dos desafios regionais depende da vontade política conjunta de países como Chile, Argentina, Colômbia, Panamá, Venezuela e Honduras.

'Brasil defende neutralidade do Canal do Panamá', afirma Lula

GEOVANI BUCCI E NAOMI MATSUI/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) defendeu ontem, a neutralidade do Canal do Panamá e criticou a falta de coesão política na América Latina e no Caribe, durante a sessão inaugural do Fórum Econômico Internacional da América Latina, realizado no Panamá. Em discurso, Lula afirmou que ainda falta convicção às lideranças regionais para a adoção de um projeto mais autônomo de inserção internacional.

"A integração em infraestrutura não tem ideologia. Por isso, o Brasil defende a neutralidade do

Canal do Panamá, administrado de forma eficiente, segura e não discriminatória", disse o petista. "O Brasil avança em ritmo acelerado na implementação do seu programa de Rotas de Integração Sul-Americana. Continuamos empenhados em trabalhar com todos os países vizinhos."

O presidente avaliou que a região não pode desperdiçar oportunidades de debate estratégico em um cenário global marcado por instabilidade geopolítica e mudanças na ordem econômica internacional.

Na avaliação do presidente, os mecanismos de articulação política regional perderam força ao longo dos últimos anos, o que

teria contribuído para o enfraquecimento da integração latino-americana. O presidente voltou a afirmar que os países da América Latina precisam construir um caminho próprio de reinserção na ordem global, superando divisões ideológicas e disputas externas. "Nossas cúpulas se tornaram rituais vazios. A Celac (Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos) está paralisada, apesar dos esforços do presidente Petro", disse "Falta convicção às lideranças regionais."

Segundo Lula, setores estratégicos podem servir de base para um novo modelo de desenvolvimento regional, mais sustentável

e integrado às demandas da transição energética global. O petista afirmou que setores como centros de dados, a bioeconomia e os minerais críticos podem contribuir para a construção de um modelo de desenvolvimento mais sustentável na região.

No campo econômico, o presidente destacou a estratégia brasileira de diversificação de parceiros comerciais e anunciou a ampliação de negociações com economias emergentes e tradicionais. "Vamos ampliar os acordos com a Índia e o México. Retomamos as tratativas com o Canadá e avançamos nas negociações com os Emirados Árabes Unidos", disse.

IRAQUE

Al-Maliki desafia Donald Trump e diz que vai manter candidatura

O ex-primeiro-ministro iraquiano Nouri al-Maliki se mostrou desafiador ontem, após o presidente dos EUA, Donald Trump, ameaçar retirar o apoio de Washington ao Iraque se ele retornar ao poder.

Al-Maliki, que foi nomeado na semana passada pelo bloco político dominante do país para retornar ao cargo de primeiro-ministro, disse em um comunicado: "Rejeitamos a flagrante interferência americana nos assuntos internos do Iraque e consideramos isso uma violação de sua soberania."

Washington tem pressionado o Iraque a se distanciar do Irã e vê al-Maliki como muito próximo de Teerã. Seu último mandato, que terminou em 2014, também viu a ascensão do grupo Estado Islâmico, que tomou grandes porções do país.

O primeiro-ministro interino Mohammed Shia al-Sudani teve sua lista de candidatos ganhando a maior parte das cadeiras nas eleições parlamentares de novembro. Mas ele se afastou no início deste mês, abrindo caminho para al-Maliki após os dois competirem pelo apoio do Qua-

dro de Coordenação, um conjunto de partidos xiitas que é o maior bloco parlamentar.

O quadro nomeou al-Maliki como seu candidato na semana passada. Uma sessão do parlamento estava marcada para ocorrer na terça-feira para eleger um presidente, que por sua vez nomearia o primeiro-ministro, mas a sessão foi cancelada devido à falta de quórum, sem data alternativa definida.

Al-Maliki disse que continuaria a se candidatar ao cargo de primeiro-ministro "por respeito à vontade nacional e à decisão

do Quadro de Coordenação".

Antes da declaração de Trump, membros do Quadro de Coordenação haviam recebido uma mensagem escrita do encarregado de negócios dos EUA, Joshua Harris, dizendo que "lembramos o período dos governos anteriores liderados pelo Maliki negativamente em Washington." Dois membros do Quadro de Coordenação confirmaram à *Associated Press* terem recebido a mensagem, uma cópia da qual foi amplamente divulgada nas redes sociais.

Nota

MARCO RUBIO COBRA ALIADOS DA OTAN ELEVÇÃO DOS GASTOS COM MILITARES

O secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, disse ontem que os parceiros dos Estados Unidos na Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) precisam se fortalecer, criticando a lentidão dos países europeus do bloco militar em aumentarem seus gastos militares. "Eles precisam ter iniciativa", disse Rubio ao cobrar que os outros países da Otan elevem seus gastos em defesa até 5% do PIB conforme estabelecido "A Otan será mais forte se nossos aliados se fortalecerem". Quando questionado por senadores, durante audiência

no Congresso americano, sobre um afastamento dos EUA de seus aliados históricos na Otan, Rubio disse que as obrigações do bloco militar precisam ser "repensadas", sugerindo que as garantias da aliança teriam pouca relevância sem o apoio norte-americano. Sobre a Groenlândia, Rubio disse que reuniões técnicas estão acontecendo nesta quarta e que a relação dos EUA com os países europeus está numa "boa posição" no momento. "Acredito que esses processos darão bons resultados para todos os envolvidos", disse o secretário. Em relação ao Irã, Rubio afirmou que o regime dos aiatolás está "mais fraco do que nunca" e afirmou que milhares de pessoas morreram durante os protestos no país.